

A identidade do fantasma

CRIADO para abater a emenda que restabelecia a eleição direta para a sucessão do Presidente Figueiredo, o fantasma do retrocesso político ganhou um rosto e pode agora ser chamado por um nome — Newton de Araujo Oliveira e Cruz, General do Exército, o executor das medidas de emergência que constroem Brasília e mais 10 municípios de Goiás e que envergonham a Nação. A semana que passou foi da emenda das “diretas já” — mas foi também a semana da exibição farta e às claras da vocação autoritária do homem que responde pelo Comando Militar do Planalto. Ou melhor: foi a semana em que o General confirmou sua vocação, já testada e aprovada com êxito quando as medidas de emergência estrearam na vida política do País, no final do ano passado.

O Ministro Délio Jardim de Matos e o ex-Ministro Maximiano da Fonseca certamente sabiam com quem lidavam quando pediram ao Ministro Walter Pires que evitasse a nomeação do General Newton Cruz para o posto que hoje ocupa. A nomeação, mesmo assim, consumou-se e deve ser debitada na conta do Presidente Figueiredo, que a avalizou. Sabia, sem dúvida, o que estava fazendo. O General Newton Cruz, afinal, encarna com eficiência e zelo a face dura do regime que teima em sobreviver. Daí explica-se sua utilidade. Daí, talvez, a facilidade com que atravessou episódios como o da ajuda do SNI à revista *O Cruzeiro*, o do envolvimento do órgão com a Capemi e o da agressão a um repórter que o incomodava com perguntas.

As emissoras de rádio e de televisão foram impedidas mas os jornais puderam narrar os lances protagonizados pelo General — o desfile ameaçador entre automóveis que buzinaavam pelas diretas, a repressão aos estudantes que deixaram o Congresso em passeata, a prisão de dois Deputados Federais apresentados à tropa como troféus de guerra e apontados como comunistas, os brados de regozijo diante dos soldados perfilados na madrugada da derrota da emenda Dante de Oliveira. Por alguns dias, a Esplanada dos Ministérios foi a “Praça Venezia”, sem povo, do General Newton Cruz — e a sede do Comando Militar do Planalto o seu “Palazzo”.

Todas essas coisas os jornais puderam contar — não puderam exibir uma única fotografia do executor em ação. Fotógrafos foram detidos e filmes velados para que a memória nacional não guarde uma só imagem do General na semana em que o Congresso frustrou a Nação. Não será nada. O General Newton Cruz é um personagem inesquecível. Ele dá a medida exata da ambigüidade do Governo Figueiredo — atarantado, confuso, a meio-caminho de empurrar o País na direção do impasse político e reunindo condições, todavia, de levá-lo pela rota segura do entendimento. Faz 15 dias hoje que o Presidente ocupou uma cadeia nacional de rádio e de televisão para dizer que era sensível às mudanças, pedir a colaboração dos brasileiros e anunciar sua proposta de reforma da Constituição.

Faz também 15 dias que o Presidente assustou a direção do seu partido ameaçando, com todas as letras, simplesmente fechar o Congresso. Faz 13 dias que decretou as medidas de emergência sob o pretexto de garantir o funcionamento do Congresso durante a votação da emenda das diretas — e lá se vão 6 dias desde que o Congresso votou e, mesmo assim, as medidas permanecem em vigor. O Ministro Carlos Átila garante que o Presidente só admite o restabelecimento da eleição direta para daqui a 4 anos — mas o próprio Presidente, em conversa recente com um Deputado do PDS, rendeu-se aos argumentos favoráveis às “diretas, já”, desde que houvesse certeza que elas não serviriam à eleição de um político extremista. Sob essa condição, disse o Presidente, “podem fazer até 10 eleições diretas”.

Infelizmente, o que o Presidente diz não se escreve necessariamente. Quer o Presidente que a Oposição sente à mesa da negociação — mas que pratos está disposto a servir? e qual “maitre” pretende escalar para a ocasião? o Ministro Leitão de Abreu que cozinhou em fogo brando e serviu com parcimônia a emenda das diretas em 1988? Ou o Ministro Octávio Medeiros que azedou a refeição com as medidas de emergência e por pouco não virou a mesa? Ao País, depois da morte da Dante de Oliveira, não resta outra coisa senão a via do entendimento, caso não se aposte no desastre. A subemenda que a Oposição amarrará à emenda do Governo para ressuscitar o sonho dissipado na semana passada esbarrará, dessa vez, em um obstáculo intransponível: será votada, primeiro, pelo Senado, onde o PDS dispõe de uma folgada maioria.

O tempo é adversário do entendimento — restam os meses de maio e de junho, o Congresso repousa no recesso de julho e, em agosto, está às vésperas das convenções dos partidos, marcadas para a primeira semana de setembro. A paciente unidade dos partidos de Oposição, costurada com a linha das “diretas, já”, rompeu-se na noite da última quarta-feira e dará trabalho até ser recomposta. O Presidente Figueiredo confessou ao Deputado Pedro Correia, do PDS de Pernambuco, que não acredita nas chances de aprovação de sua emenda. Acredita então no quê? No fantasma que teve sua identidade descoberta? Resta esperar em meio a um clima de desesperança.

RICARDO NOBLAT

Editor Regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília.